

informação **85**



**RESPEITO**

**Precariedade, não! • Carreira recomposta. • Salários atualizados.  
Horários legais. • Aposentação justa!**

# SOBRE O PROTOCOLO NEGOCIAL A CELEBRAR COM O ME

Em reunião realizada com o Ministério da Educação (ME), no dia 4 de agosto, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) manifestou a pretensão de celebrar um protocolo negocial para a legislatura, protocolo esse que apontasse não só as matérias, mas, também, o calendário da sua negociação.

Nessa reunião, enumerámos 10 pontos que gostaríamos de ver inscritos no documento, tendo o ME afirmado que seria possível chegar a acordo em alguns deles e discutir outros. Contudo, também fez questão de afirmar que alguns dos pontos (sem os identificar) ficavam de fora das matérias a tratar nesta legislatura.

Para a Fenprof, os pontos apresentados concretizam os aspetos relevantes para conferir atratividade à profissão docente, razão de fundo do atual problema de falta de professores:

1. Garantir **salários decentes**, o que implica a recomposição da carreira (tempo de serviço e vagas) e o enquadramento dos contratados de forma não discriminatória;
2. Assegurar **condições de trabalho sustentáveis** e promover o bem-estar dos professores, respeitando a organização e o limite legal do horário de trabalho e eliminando burocracia;
3. Garantir o **ingresso qualificado na profissão** e uma efetiva estabilidade, dando combate à precariedade;
4. Rever a **avaliação de desempenho**, com vista à eliminação das quotas e à sua substituição por um modelo de matriz formativa;
5. **Rejuvenescer a profissão** através da recuperação dos que a abandonaram e com medidas que permitam o acesso dos mais antigos à pré-reforma e à aposentação sem penalizações para quem já tiver cumprido 40 anos de serviço, como transição para um regime específico de aposentação;

6. Garantir o direito a uma **formação inicial de qualidade** e a um desenvolvimento profissional contínuo;

7. **Reforçar a autoridade profissional** e o prestígio social da profissão docente;

8. Abordar os **desafios da igualdade e da diversidade** entre os profissionais do ensino;

9. Garantir **maior participação dos docentes** nas decisões de natureza pedagógica e, em geral, na gestão das escolas e dos agrupamentos;

10. Respeitar o exercício da **atividade sindical**, comprometendo-se com o diálogo social e tornando-o consequente por via do desenvolvimento de processos negociais.

Desde então, a Fenprof tem reiterado o interesse na celebração do referido protocolo e solicitou a sua negociação separada do processo negocial em curso, sobre a revisão do regime de seleção e recrutamento docente. O SPN e a Fenprof continuam disponíveis para a via negocial, mas é fundamental que ela se efetive e com propostas concretas construídas. A não ser assim, o caminho será a luta, por uma razão muito simples: estão em causa a profissão docente e a educação.



**Francisco Gonçalves**  
Coordenação do SPN

---

## spinformação

**Diretor** JoãoPaulo Silva • **Editor** António Baldaia • **Conselho de Redação** • Faria Pinto, Francisco Gonçalves, Henrique Borges, Rogério Reis, Rogério Ribeiro, Sónia Duarte e Sónia Rocha

**Capa** Fotografia de Henrique Borges

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) • **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto • **Tel.:** 226 070 500 • **Fax:** 226 070 595/6  
**E-mail** spninfo@spn.pt • **Site** <http://www.spn.pt>

**Registo no ICS** 109963 • **Depósito legal n.º** 238855/06

**Impressão:** SerSillito, Empresa Gráfica Lda. Trav. Sá e Melo, 209 – 4470-083 Maia

→ Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN  
→ distribuição gratuita aos sócios do SPN

# É TEMPO DE SER TEMPO DOS PROFESSORES

Na abertura do presente ano letivo, foi afirmado que estávamos perante um novo ano com problemas velhos, problemas que se fazem sentir no sector público e no sector privado, no Ensino Superior e nos restantes níveis de ensino, como se pode constatar ao longo desta revista. Problemas que há mais de década e meia têm contribuído para a desvalorização do exercício da profissão – a precariedade cresceu, os horários e as condições de trabalho degradaram-se – e da própria carreira docente – avaliação de desempenho docente com quotas, progressões na carreira com vagas, tempo de serviço não contado. Problemas criados e desenvolvidos a partir de 2005, aprofundados de 2011 em diante e não revertidos depois de 2015. Agora, confrontados com um sério problema de falta de professores, clama-se pela sua resolução imediata.



Faria Pinto

O Ministério da Educação aproveita a onda e surfa: vamos lá, com esta medida e aquela, resolver o problema. Ensaando umas manobras de diversão, João Costa afirma: “temos um padrão irregular nas baixas médicas docentes”, “vamos alargar o universo de recrutamento docente”, “vamos começar por dar um terço da capacidade de recrutamento aos diretores de escola”... Mas alguma destas matérias (baixas médicas, habilitações para a docência, recrutamento docente) está na origem ou pode ser solução para a resolução problema da falta de professores? Não, não pode.



Francisco Gonçalves

No caso das baixas médicas, o seu eventual crescimento neste ano letivo tem um forte contributo do Ministério da Educação, quando, com a alteração das regras da mobilidade por doença, empurrou para a baixa professores comprovadamente incapacitados que pretendiam trabalhar, só que necessitavam de o fazer próximos de casa ou com dispensa da componente letiva.

No caso do alargamento das habilitações próprias, não é aligeirando habilitações, como foi feito para os grupos 200 e 230, e promovendo o ‘vou dar umas aulas’ em vez das habilitações profissionais que se encontram soluções de futuro.



João Paulo Silva

No caso do recrutamento pelos diretores, não é fazendo renascer a contratação de escola, de tão má memória, que se consegue recrutar os professores habilitados profissionalmente que exercem hoje outras profissões ou não concorrem para onde são necessários; para recrutar esses professores, é necessário oferecer salários decentes, apoios à fixação e deslocação, vinculação ao fim de 3 anos e uma carreira docente aliciente.



Sónia Duarte

Mas outras questões estarão em cima da mesa, no mês de outubro: o anunciado combate à burocracia, no sentido de libertar o horário dos docentes de tarefas inúteis e/ou redundantes; o novo modelo de seleção e recrutamento docente; a questão salarial.

Em tempos de inflação nos 9% e de crescimento brutal do custo de vida (cabaz alimentar, energia, combustíveis, rendas e juros na habitação), reduzindo à míngua o rendimento das famílias, a questão salarial não pode deixar de ser considerada – só cobrindo o valor da inflação é possível manter o rendimento disponível.

O modelo de seleção e recrutamento docente só terá o aval da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) se garantir duas questões essenciais: a consagração do concurso nacional como modelo de recrutamento e a disponibilização de vagas a todos os candidatos, ordenados por graduação profissional. A não libertação dos professores de tarefas inúteis e redundantes e a sobrecarga dos horários levarão, inevitavelmente, ao endurecimento das formas de luta contra o sobretrabalho e a imposição das horas extraordinárias.

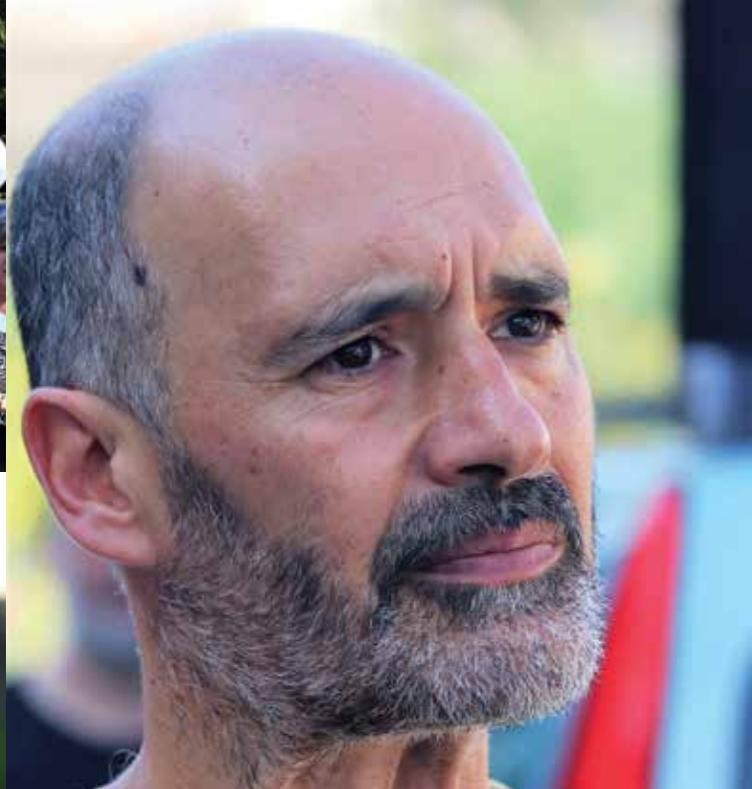


Sónia Rocha

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Fenprof começaram o ano disponibilizando-se para celebrar um protocolo negocial para a legislatura que enfrente os problemas estruturais da profissão docente. SPN e Fenprof estiveram, e estão, disponíveis para negociar todas as matérias que haja a negociar; contudo, estar disponíveis para a negociação não significa estarem de costas voltadas para a luta – e se os problemas não forem resolvidos, a luta será a única alternativa. Não há desculpas para que o Governo não resolva os problemas.

Em outubro, mês do Dia Mundial do Professor, é tempo de ser tempo dos professores!

**Coordenação do SPN**



**INJUSTIÇADOS  
MPD**





1. A grande iniciativa no arranque deste ano letivo será/foi o Plenário Nacional de Professores e Educadores, no dia 4 de outubro, em frente à Assembleia da República, na véspera do Dia Mundial dos Professores. O vergonhoso processo da mobilidade por doença (MpD), a negociação em curso sobre a seleção e recrutamento docente, bem como os 10 pontos inscritos na proposta de protocolo da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) para a legislatura serão matérias centrais da ação reivindicativa e das lutas a realizar.

2. Estando prevista para o dia 10 de outubro a apresentação do Orçamento do Estado 2023, a Manifestação da CGTP-IN no dia 15 será também um ponto alto da ação sindical. Pelo aumento dos salários e das pensões, contra o aumento do custo de vida!

3. A 4ª Corrida do Professor e da Educação, no dia 22 de outubro, e o anúncio do Prémio de Poesia António Gedeão (Fenprof/SABSEG), no âmbito das comemorações do Dia Mundial dos Professores, são outras iniciativas de especial significado neste início de ano escolar.

4. Nos dias 17 e 18 de novembro, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) estará de parabéns, completando 40 anos de existência e renovando o compromisso de estar sempre na linha da frente da defesa dos direitos dos educadores, professores e investigadores. O programa comemorativo, ao longo dos próximos 12 meses, irá sendo divulgado oportunamente.



# MEDIDAS AVULSAS NÃO DISFARÇAM PROBLEMAS

**Caso o poder político insista em não respeitar e não valorizar a profissão docente, a luta dos professores é inevitável. A Fenprof assume-a como uma necessidade da sua ação.**

A abertura do ano letivo confirmou o fracasso das medidas avulsas tomadas pelo Ministério da Educação (ME) para disfarçar a falta de professores. E o processo de municipalização destinado, entre outros aspetos, a resolver a falta de assistentes operacionais, também fica marcado pelo fracasso. É o que resulta do levantamento realizado pelos sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) junto das direções de agrupamentos (AE) e de escolas não agrupadas (EnA).

O inquérito abrangeu mais de 1/4 de AE/EnA, correspondendo a 227 unidades orgânicas (precisamente 28%), distribuídas pelas regiões Norte (33%), Centro (23,3%), Grande Lisboa (22,1%) e Alentejo/Algarve (21,6%).

A falta de professores está já a levar à contratação de não profissionalizados, apenas detentores de habilitação própria. O Norte é onde essa necessidade é menos sentida (2,7%); já em Lisboa (59,4%) e no Sul (60,4%), a maioria das escolas não teve alternativa.

Entretanto, o crédito global de horas que lhes é atribuído – fundamental para poderem dar todas as respostas que lhes são exigidas, designadamente, a recuperação de aprendizagens prejudicadas pela pandemia – ganha ainda maior importância. Contudo, de quase metade das escolas (46,8%) chega a informação de que o crédito a que têm direito foi reduzido – principalmente, devido ao envelhecimento do corpo docente e ao facto de as horas de redução letiva serem deduzidas ao crédito global, em vez de contabilizadas na componente individual de trabalho dos docentes. Refletindo o maior envelhecimento do corpo docente, é no Norte (55,4%) e no Centro (51%) que há mais queixas deste corte, não sendo irrelevantes os números verificados em Lisboa (37,5%) e no Sul (35,4%).

Outro problema é a falta de trabalhadores não docentes. Pelo que a Fenprof apurou, a municipalização não deu resposta ao problema, uma vez que 57,4% das AE/EnA reportaram essa carência, em particular de assistentes operacionais nos AE – mas são várias as escolas que se queixam da falta de terapeutas e psicólogos.

Estes foram os aspetos que a Fenprof colocou às direções dos AE/EnA, mas outros problemas foram registados: degradação de instalações, gestão, reparação e conservação do parque informático, recursos humanos para concretizar projetos e apoiar devidamente alunos com necessidades específicas.

**OUTRAS MATÉRIAS** pontuam o início do ano letivo, além das questões relativas ao funcionamento das escolas.

**Revisão do regime de concursos.** Ainda só foram apresentados os pressupostos, mas já se percebeu que o foco do ME está na atribuição de competência às escolas para a contratação de docentes, satisfazendo a vontade de alguns diretores. Contudo, não parece

ser essa a opinião dos professores, como indicia uma consulta realizada pelo SPN [ver caixa] – 94,6% dos professores rejeitam o recrutamento pelas escolas.

Para o Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof, em todas as modalidades e fases, os concursos deverão continuar a obedecer ao critério da graduação profissional – que não sendo perfeito, é o menos imperfeito. Contudo, o facto de o regime de concursos continuar, necessariamente, a assentar num corpo docente, em elevado número, deslocado das áreas de residência, com encargos acrescidos, impõe que sejam garantidos incentivos à sua deslocação e fixação.

**MpD, salários e carreira.** A alteração do regime de mobilidade por doença (MpD) criou uma situação extremamente penalizadora para milhares de docentes com doenças incapacitantes, pondo em causa o seu direito à proteção na doença.

Os *salários dos professores* desvalorizaram-se em mais de 14% na última década, a que crescem mais de 9% só este ano. A par desta desvalorização, a carreira também sofreu uma forte desvalorização; os professores ganham hoje menos do que em 2005, porque parte do tempo de serviço que cumpriram continua a ser roubado, as vagas impedem a progressão a vários milhares e as quotas de avaliação penalizam a maioria dos avaliados.

SPN e Fenprof exigem o fim das vagas e das quotas e, já em 2023, o início da recuperação integral do tempo de serviço. A recomposição da carreira docente é, para a Fenprof, o primeiro aspeto que deverá constar de um protocolo negocial com o ME, a discutir e assinar antes da apresentação da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2023 [mais informação sobre estas questões noutras páginas desta edição].

## **BARÓMETRO SPN rejeita contratação de professores pelas escolas.**

A consulta sobre a possibilidade de contratação de professores pelos diretores foi efetuada por IP. O resultado é um mero indicador, mas sublinha a ideia de que os professores rejeitam essa possibilidade.

**Votantes - 5532**

**Não - 5237 (94,7%)**

**Sim - 295 (5,3%)**

# CONCURSO NACIONAL E GRADUAÇÃO PROFISSIONAL

**A graduação profissional pode não ser um critério perfeito, mas é o menos imperfeito e tem dado provas de ser um instrumento valioso para garantir transparência, justiça e objetividade na colocação de docentes.**

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reuniu com o Ministério da Educação (ME), em setembro, dando início a um processo negocial de revisão do diploma legal de concursos e colocações de professores. ME e Fenprof apresentaram os seus pressupostos para a revisão do diploma, ficando clara, desde logo, a profunda divergência em relação às intenções do Governo de passar para as escolas a contratação direta e a vinculação de docentes.

A escolha de professores pelas escolas não resolve o problema da falta de docentes nem torna mais célere o processo global de colocações, como o passado já confirmou; abre, isso sim, portas a outros problemas decorrentes de critérios subjetivos de apreciação, ou mesmo de amiguismo.

Percebe-se que, para algumas direções e para o ME, a contratação de escola tornaria mais dóceis e submissos os docentes, que passariam a depender diretamente de quem lhes dá emprego, mas isso contraria frontalmente os princípios de autonomia, criatividade e sentido crítico, inerentes ao exercício da profissão docente numa escola que não pode ser neutra nem submissa.

A este propósito, recordamos o preâmbulo do diploma legal aprovado em 2016 por uma equipa ministerial de que o atual ministro fazia parte, justificando a revogação das bolsas de contratação de escola:

“Volvidos dois anos após a sua introdução, verifica-se que o concurso em causa não introduziu a esperada melhoria nos procedimentos e nas práticas de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente. Pelo contrário, confirma-se que o processo é burocrático e moroso, não proporcionado aos professores e alunos um bom serviço educativo”.

**Urgência de negociação.** No quadro dos pressupostos negociais apresentados ao Governo, a Fenprof considera que o regime legal de concursos é um instrumento decisivo para o reforço e a dotação



dos quadros das escolas, no sentido de responder às suas reais necessidades. Essa deve ser a fórmula para a estabilização do corpo docente das escolas. Considera-se, ainda, que desta negociação deverá resultar um documento que seja instrumento de valorização da profissão e, simultaneamente, de combate à precariedade e de promoção da estabilidade de emprego e profissional.

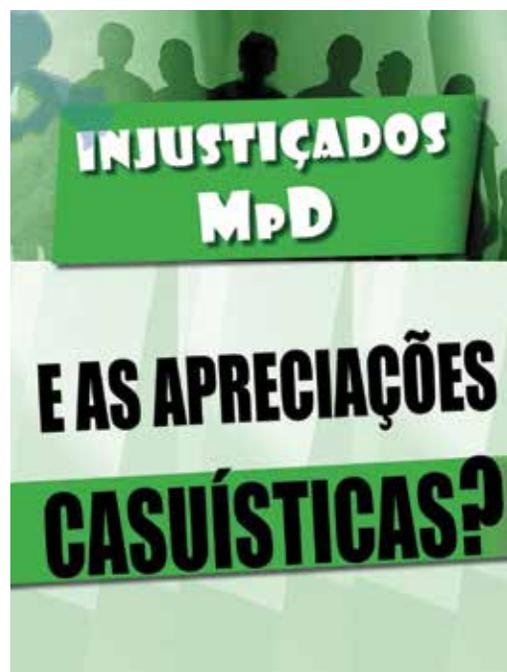
Nesse sentido, e de entre os vários pressupostos que enunciou na sua proposta negocial, a Fenprof sublinha o critério da graduação profissional como norma para a ordenação de candidatos a um lugar de quadro ou à contratação, no âmbito de um concurso nacional. Como temos afirmado, a graduação profissional pode não ser um critério perfeito, mas é o menos imperfeito e tem dado provas de ser um instrumento valioso para garantir transparência, justiça e objetividade na colocação de docentes. Relativamente à necessidade de agilizar alguns procedimentos na colocação de professores quando são necessários, isso ainda não acontece única e exclusivamente por responsabilidade do ME.

Na reunião, a Fenprof reafirmou, também, a urgência da calendarização da negociação das matérias incluídas no protocolo negocial entregue em agosto e que continua sem resposta. A Federação considera indispensável que esta discussão – fundamental para a valorização da profissão docente – se realize antes da apresentação da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2023 e não depois, quando já quase tudo estará resolvido.

Face à necessidade de aprovação de um regime adequado de concursos e de valorização dos salários, recomposição da carreira, eliminação da precariedade e acesso a um regime justo de aposentação, em tempo, idade e valor da pensão, a Fenprof irá avançar com diversas iniciativas, a divulgar oportunamente.

# DA ALTERAÇÃO DO REGIME À PROMESSA NÃO CUMPRIDA

Responsáveis do ME prometeram o que não podem fazer, segundo afirmam agora. Situação criada é extremamente penalizadora para milhares de docentes com doenças incapacitantes. Fenprof vai apresentar queixa contra o Estado junto do Comité Europeu dos Direitos Sociais.



No dia em que escrevo (23 de setembro), ao final da tarde, foi tornado público que, afinal, os professores impedidos de se apresentarem ao procedimento de mobilidade por doença (MpD) – devido às alterações impostas pelo Ministério da Educação (ME) ao regime anteriormente em vigor – não poderão ser deslocados na sequência de apreciação das exposições que apresentaram no ministério. Recorda-se que a apreciação casuística das situações não enquadradas pelo regime restritivo imposto pelo ME foi compromisso da equipa governativa, assumido perante os professores, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e a Assembleia da República. Lida a nota do ME à comunicação social, conclui-se que os responsáveis ministeriais prometeram o impossível, ou seja, o que não podiam fazer. Ou seja, andaram a enganar professores que, com doenças incapacitantes comprovadas, necessitavam de uma deslocação inferior a 20 quilómetros ou, reunindo as condições de candidatura, não obtiveram vaga no âmbito da MpD, que o ME transformou em concurso com vagas, candidaturas, listas ordenadas e colocações. Neste mesmo dia, quase dois meses após ter decorrido o período de aperfeiçoamento das candidaturas, e já com o ano letivo iniciado há mais de uma semana, o ME também informou ter recebido 309 pedidos de aperfeiçoamento – 27 não foram admitidos, 10 desistiram e 272 aguardam possibilidade de colocação de acordo com as vagas, podendo, contudo, ficar de fora, por não existir capacidade de acolhimento nas escolas para as quais manifestaram preferências e/ou no grupo de recrutamento a que pertencem.

**Direitos docentes em causa.** O processo de alteração das regras da MpD teve início em meados de março; dele fizeram parte três reuniões, em maio, nas quais o ME entregou à Federação Nacional dos Professores (Fenprof) três propostas que intitulou de 'negociação sindical', divididas, cada uma, em objetivos, condições e requisitos. Entre os objetivos, alegou o ME que pretendia aproveitar recursos humanos docentes colocados por via dessa mobilidade, mitigando o problema da falta de professores, que, supostamente, decorrerá de uma distribuição muito heterogénea pelos diversos agrupamentos e escolas. Ora, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Fen-

prof entendem que procurar dar resposta ao problema da falta de professores com alterações legais que põem em causa direitos dos docentes – no caso, o direito à proteção na doença – não resolve o problema de fundo e não passa de uma medida de eficácia duvidosa, que poderá levar ao aumento do número de baixas por doença. Tal como agora ensaia, com referência às baixas médicas a propósito da falta de professores, o ME afirmava no início deste processo que o problema era o abuso ao recurso à MpD e a existência de situações que levantavam dúvidas. Desde o início, SPN e Fenprof disseram que, se o problema era esse, se fiscalizasse e penalizasse quem estivesse a cometer ilegalidade. Propusemos mesmo a submissão a junta médica para aceder à MpD, afirmando o ME que não tinha condições para tal – contudo, mais tarde, anunciou que iria contratualizar 7.500 juntas médicas...

**Parecer da Fenprof.** No dia 20 de maio, a Fenprof entregou no ME um parecer com 12 princípios que sintetizavam a sua posição:

1. A MpD não é nem pode ser um concurso;
2. A MpD serve para proteger quem, portador(a) de doença incapacitante, carece de tratamento ou acompanhamento em determinada localidade, estendendo-se a quem acompanhe familiar em linha direta que tenha a seu cargo;
3. Em defesa da MpD, é indispensável rigor e exigência na verificação das situações de doença, tanto do próprio, como de familiar a cargo; colocar sob suspeita e não comprovar põe em causa a seriedade de todos os que beneficiam deste mecanismo;
4. A MpD não pode excluir quem está impedido de se deslocar;
5. A MpD não deverá ser mecanismo para transferência de escola dentro da mesma localidade;
6. Se, por via de uma das modalidades de concurso, o docente obtiver colocação na localidade em que é clinicamente acompanhado, o pedido de MpD deverá ser anulado;
7. Aos docentes que não apresentem condições para serem titulares de turma não pode ser negada a MpD, caso reúnam os requisitos clínicos estabelecidos para a mesma;
8. A quem não tiver condições para ser titular de turma deverão ser atribuídas outras atividades letivas ou não letivas de estabelecimento, adequadas à sua situação clínica;
9. A verificação da situação de doença incapacitante, do próprio ou de familiar a cargo, deverá ser anual, exceto nos casos em que a doença do próprio é de caráter permanente;
10. Aos docentes com deficiência de natureza permanente (por exemplo, mobilidade reduzida, cegos, entre outros) deve ser garantida uma colocação definitiva em escola que apresente condições adequadas à sua situação, em lugar a extinguir quando vagar;
11. Deverão prever-se situações que surjam ao longo do ano letivo e, portanto, fora do período estabelecido para a apresentação dos documentos exigidos;
12. Uma eventual alteração das regras em vigor só deverá produzir efeitos em 2023/24; até lá, mantêm-se as que vigoram, sendo, contudo, reforçados os mecanismos de comprovação.

**Desenvolvimentos.** Com base nestes 12 princípios, promovemos e participámos numa série de ações:

- 24.05 - o SPN realizou *webinar* sobre as negociações com o ME;
- 24.05 - conferência de imprensa da Fenprof com apresentação de testemunhos de docentes em MpD;
- 27.05 - reunião de negociação suplementar;
- 14.06 - Fenprof realizou plenário nacional online;

17.06 - publicado o DL 41/2022, confirmando a limitação das garantias previstas no anterior normativo da MpD, no que diz respeito à saúde e segurança no trabalho;

08.07 - entrega na Secretaria de Estado da Educação de meia centena de exposições para apreciação casuística, num universo de centenas enviadas ao Secretário de Estado da Educação, à DGAE e, posteriormente, à Provedoria de Justiça;

14.07 - audição da Fenprof na Comissão de Educação e Ciência, para a qual levamos o testemunho de dois professores injustiçados pelas alterações ao regime de MpD;

04 e 26.08 - reuniões com o ministro da educação;

06.09 - a uma semana do início do ano letivo, ofício dirigido ao ministro, questionando, tal como havíamos feitos na reunião de 26.08, para quando a apreciação das exposições;

20.09 - concentração frente à Direção-Geral dos Estabelecimentos de Educação do Norte (DGEstE Norte), exigindo conhecer o despacho das apreciações casuísticas prometidas pelo ME.

**A opção do ME**, recorrendo a critérios administrativos, foi baixar para metade o número de professores em MpD: dos 7547 pedidos, foram aceites 7144 e apenas 4268 obtiveram vaga.

Como afirmámos em nota dirigida ao Secretário de Estado da Educação, em 26 de julho:

“(...) falta saber o que irá acontecer aos 2876 docentes que, tendo requerido deslocação por MpD, não obtiveram colocação, apesar de lhes ter sido reconhecido motivo para tal, sendo admitidos a concurso. Ficarão de fora, devendo apresentar-se, em 1 de setembro, nas escolas a cujo quadro pertencem? Como sabe, para a esmagadora maioria, essa não é uma possibilidade e seria uma tremenda injustiça impor-lhes essa ‘solução’ que, previsivelmente, fará crescer o número de professores em baixa médica. Isto num ano em que a falta de professores se fará sentir e em que, segundo o ME, a alteração do regime de MpD seria uma das medidas destinadas a dar resposta a essa carência.”

A alteração do regime de MpD prejudicou os docentes e as escolas. Põe em causa o direito à proteção na doença e não assegura as condições de saúde e segurança no trabalho que a lei estabelece. Aos professores que foram impedidos de se candidatarem a deslocação, os responsáveis do ME criaram expectativas, prometendo o que, segundo afirmam agora, não podem fazer.

Face à situação criada, extremamente penalizadora para milhares de docentes com doenças incapacitantes, a Fenprof irá expor o problema junto da Assembleia da República e da Provedoria de Justiça, no sentido de ser requerida a fiscalização da constitucionalidade do despacho, e apresentará queixa contra o Estado português junto do Comité Europeu dos Direitos Sociais.

**Sónia Rocha**

Coordenação do SPN

Para título, pedi emprestada uma frase do saudoso Jô Soares que resume muito bem a desvalorização da profissão docente, apesar de os professores serem a peça mais importante do sistema educativo e de este ser o principal motor do desenvolvimento económico e social.

# O PROFESSOR É O MATERIAL ESCOLAR MAIS BARATO

Há poucos anos, tivemos um ministro da Educação chamado Crato que garantia perentoriamente haver em Portugal professores a mais; os dois últimos primeiros-ministros sugeriram-lhes o caminho da emigração – sendo que a única diferença substancial entre Passos Coelho (2011) e Costa (2016) é que o primeiro sugeriu “o mercado de língua portuguesa” como “uma alternativa”, enquanto o segundo apontou para França como “uma oportunidade”.

Apesar de todos os alertas, estas inteligências estavam muito longe de imaginar que hoje estaríamos a iniciar o ano letivo com milhares de alunos sem aulas, por falta de professores, apesar do abaixamento das habilitações mínimas exigidas para o ofício.

Uma das causas principais desta grave situação de carência de professores, provocada pela desistência dos mais velhos e pela fuga dos mais jovens a esta opção profissional, é a contínua desvalorização do salário de quem se dedica ao ensino: na transição do século, quando o atual secretário-geral das Nações Unidas chefiava o Governo de Portugal, a remuneração dos professores a meio da carreira era comparável à de um capitão do exército, sendo hoje muito mais semelhante à de um furriel.

**Reconhecimento e qualidade.** Além de afastar os candidatos à profissão, a desvalorização salarial tem um impacto muito negativo na qualidade da educação. Por maior que seja a sua vocação, a qualidade e o empenhamento de qualquer profissional são determinados, sobretudo, pela consideração, respeito e incentivo que o salário traduz.

Os países com melhor qualidade na educação têm em comum políticas de valorização das carreiras de professor. Os países com melhor desempenho no PISA pagam aos professores remunerações extremamente competitivas. Em recente entrevista, o diretor da OCDE para a Educação salientava que a qualidade da educação de um país nunca será maior do que a qualidade dos seus professores e que, para ter bons professores, é preciso atrair os mais talentosos para a profissão, oferecendo boas condições de trabalho.

Nada melhor do que a frieza dos números para mostrar a enorme perda de poder de compra dos professores portugueses.

2000 e...	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	Total
Inflação (%)	1,4	3,7	2,8	0,3	-0,3	0,5	0,6	1,4	1	0,3	0	1,3	7,7	20,7
Aumento Salarial (%)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,3	0	0,9	1,2

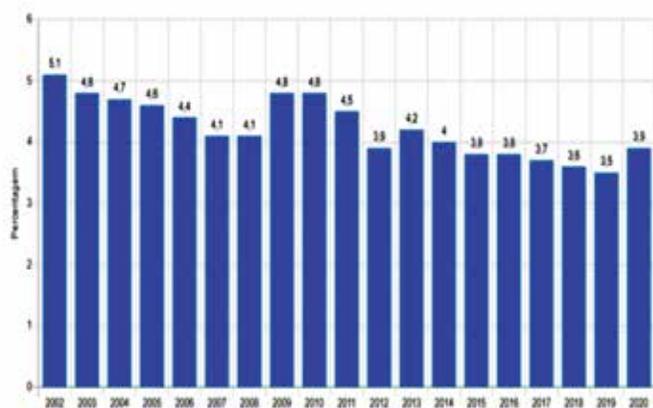
*Inflação e atualização salarial dos professores*

# BUROCRACIA SOBRECARGA HORÁRIOS DOCENTES

Desde 2010 até hoje, a subida acumulada da inflação ultrapassou os vinte por cento, enquanto a atualização salarial foi pouco mais de um por cento. Se a isto juntarmos o aumento dos descontos para a ADSE e o IRS, podemos afirmar, pecando por defeito, que o salário dos professores perdeu um quarto do seu valor.

**Palavras vãs.** No programa do atual Governo, aprovado pela Assembleia da República em abril, António Costa e a sua equipa assumem que o crescimento dos salários é uma prioridade política fundamental do Governo, definindo o objetivo de aumentar o rendimento médio por trabalhador em 20% até 2026. Contudo, as recentes declarações do primeiro-ministro contradizem essa intenção. Quando a inflação era zero, não havia necessidade de aumentar salários, mas agora, que se cifra em 7,4%, também não se pode, porque iria contribuir para aumentar ainda mais a inflação.

Ao contrário da sua firmeza em não taxar os lucros excessivos dos que beneficiam com a inflação, não está nos planos do Governo promover aumentos salariais que reponham o poder de compra perdido pelos trabalhadores. E também não há sinais de que se pretenda inverter a política de desinvestimento na Educação. Nesta matéria, como se pode verificar pelo gráfico, este governo em nada se distingue do anterior.



## ***Inflação e atualização salarial dos professores***

Esta política explica a falta de professores e de interesse em entrar na carreira docente. De futuro, se nada for alterado, teremos de recorrer a profissionais com menos formação e que se contentem com um salário baixo. Cabe ao Sindicato dos Professores do Norte (SPN) mobilizar os professores contra a continuação desta política, atentatória da sua dignidade e desastrosa para o futuro do país. Estaremos ao lado de todos os trabalhadores da Administração Pública em todas as lutas que for necessário travar contra a desvalorização salarial e contra a degradação dos serviços públicos.

**J. A. Faria Pinto**  
Coordenação do SPN

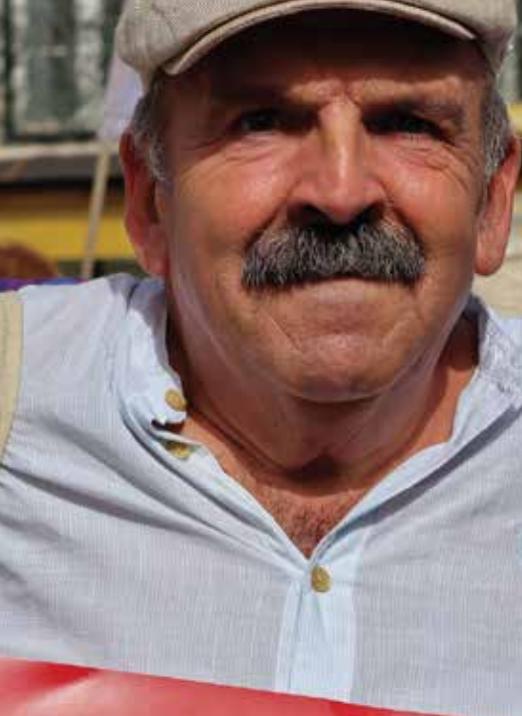


A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) considera que o trabalho burocrático atribuído aos professores e educadores aumentou. Para isso contribuíram, particularmente, a legislação associada à flexibilidade curricular e a pandemia.

Assim, e na sequência de solicitação do ME, a Fenprof enviou uma lista atualizada de atividades que considera tarefas burocráticas impostas aos docentes e que contribuem para o seu desgaste físico e psicológico, para ocupar tempo que deveria ser destinado ao trabalho com os alunos e, ainda, para tornar ilegais os horários de trabalho, levando-os a ultrapassar as 35 horas estabelecidas em lei.

Para que o horário de trabalho do pessoal docente respeite a duração estabelecida pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e pelo Estatuto da Carreira Docente, a Fenprof preconiza que:

- a componente letiva dos docentes compreenda toda a atividade direta com alunos e que os intervalos sejam respeitados como pausa de direito no trabalho docente;
- a componente não letiva de estabelecimento integre todas as reuniões previsíveis, ainda que de periodicidade reduzida, bem como a formação contínua dos professores, cuja participação é necessária para efeitos de carreira;
- a componente individual de trabalho seja da gestão dos professores e se destine, principalmente, a preparar as aulas e a corrigir e avaliar o trabalho dos alunos, devendo reverter para esta componente as horas de redução letiva resultante da aplicação do artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente.



**RESPEITO**  
Precariedade, não! • Carreira reconposta. • Salários atualiza  
Horários legais. • Aposentação justa!



**RESPE**  
Precariedade, não! • Carreira reconposta



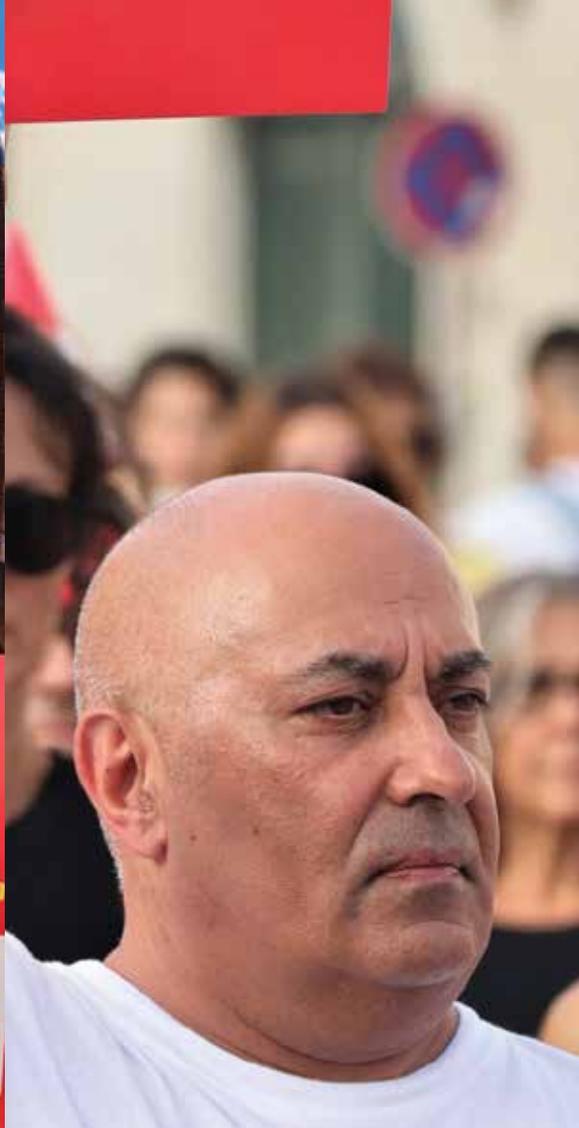
**RESPE**  
Precariedade, não! • Carreira reconposta. •  
Horários legais. • Aposentação



**RESPE**  
Precariedade, não! • Carreira reconposta. • Sa  
Horários legais. • Aposentação jus



**RESPEITO**  
Precariedade, não! • Carreira reconposta. • Salários atualiza  
Horários legais. • Aposentação justa!





## SINDICATO É ESPAÇO DE INTERAÇÃO E CONVÍVIO



A média etária dos docentes ainda em funções levará, dentro de poucos anos, a um aumento exponencial do número de docentes aposentados, o que irá aumentar a importância do grande peso social que já têm atualmente.

Porque são gente ativa e experiente, porque constituem uma memória viva da escola de Abril, é obrigação do movimento sindical docente promover a sua integração e ação nos sindicatos. Nesse sentido, é necessário demonstrar que o sindicato continua a ser importante para a sua vida, porque defende os seus interesses e a melhoria das suas condições de vida, sendo também um espaço de interação e convívio.

Neste sentido, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) tem promovido várias iniciativas de carácter político-sindical. Do ponto

### A 3.ª Conferência Nacional dos Professores Aposentados, promovida pela Fenprof, realiza-se em Lisboa, no dia 29 de novembro.

de vista organizativo, procedeu-se à reestruturação do departamento, que passou a ser constituído pelos membros da Comissão Coordenadora do Departamento de Professores Aposentados da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), por um representante de cada delegação do SPN e pelos membros que integram a direção nacional e as direções distritais da Inter-Reformados. Além da participação em todas as reuniões da Comissão Coordenadora Nacional da Fenprof e da sua Comissão Permanente, foram várias as reuniões de trabalho realizadas em 2021-2022.

No âmbito das iniciativas de carácter político-sindical e cultural, são de referir, entre outras, a visita à aldeia de Xisto da Ameixieira e Museu Municipal, em Arouca (27.10.2021); a comemoração do 39º aniversário do SPN, na sede central, com debate e exposição documental sobre a criação e atividade do Grupo de Estudos de Professores do Ensino Secundário (GEPES, na origem do sindicalismo docente) no Norte (17.11.2021); produção de um desdobrável sobre a situação político-social dos professores aposentados e as principais reivindicações do SPN e da Fenprof (abril de 2022); visita ao Museu Abade de Baçal e ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (Bragança, 20.04.2022); participação na Ação de Luta Nacional promovida pela Inter-Reformados (Porto, 10.05.2022); visita à Torre do Tombo, em Lisboa (27.05.2022); visita a Cambedo da Raia (Chaves, 23.09.2022)

Entretanto, com o objetivo de promover a vinculação dos novos aposentados, o departamento realizará o levantamento dos docentes sindicalizados que se vão aposentando e continuará a promover iniciativas que mantenham o seu vínculo sindical.

## ELEIÇÕES NA ADSE



**A ADSE é de todos nós. Não permitamos a destruição do Regime Convencionado. Vamos eleger os nossos representantes no Conselho Geral de Supervisão (CGS).**

O Instituto de Proteção e Assistência na Doença (ADSE, I.P.) é um instituto público de gestão participada. A eleição dos representantes dos beneficiários titulares para o CGS realiza-se nos dias 28, 29 e 30 de novembro (voto eletrónico) e 30 de novembro (voto presencial). O CGS é o órgão que acompanha, controla, presta consulta e participa na definição das linhas gerais de atuação da ADSE e indica um dos dois vogais que compõem o Conselho Diretivo. Entre outros, é composto por quatro representantes eleitos por sufrágio universal e direto dos beneficiários titulares.

Para que estejam aptos a votar, estes devem verificar se o seu nome consta nos cadernos eleitorais, acedendo à respetiva área reservada no site ADSE Direta, onde aparecerá uma mensagem automática informando se o nome consta ou não do caderno eleitoral – se a informação não for a correta, por omissão ou inclusão indevida, deve ser reclamada por correio eletrónico ([comissao.eleitoral@adse.pt](mailto:comissao.eleitoral@adse.pt)). Não deixemos de intervir ativamente na vida da ADSE, consultando regularmente a página online – a informação disponibilizada é dinâmica e atualizada a todo o momento com conteúdo de interesse para os beneficiários eleitores: notícias, listas candidatas, locais de votação, procedimentos, entre outros.

# PROFESSORES DO 1ºCEB NÃO SÃO VIGILANTES

Apesar de sucessivos esclarecimentos aos professores e às direções dos agrupamentos, o problema repete-se todos os anos – a imposição da vigilância de recreios aos professores do 1º Ciclo. Este ano, os diretores de Gaia capricharam e aplicaram-se num ‘entendimento unânime’ que se desvia do bom senso e choca com a legalidade.

“Aos docentes, durante o período de intervalo/pausa, contabilizado no seu horário letivo (25h), deverão ser distribuídas as atividades/serviços que decorram dos deveres previstos para com a escola e outros docentes, plasmados no artigo 10.º- B do Estatuto da Carreira Docente”. Ou seja, deveres gerais de todos os docentes.

No entanto, vejamos:

- o horário letivo dos professores do 1º Ciclo acomoda uma pausa diária de 30 minutos, correspondente ao intervalo entre as atividades letivas dos alunos. “Cada agrupamento de escolas gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva dos docentes incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas” [circular DGAE/DGE, 27.06.2017]. Assim, o horário letivo dos professores contabiliza 22h30 de trabalho com os alunos e 2h30 de intervalo/pausa, totalizando 25 horas letivas semanais.

- por outro lado, a pausa diária conta como trabalho efetivo, em conformidade com o Código do Trabalho e a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas [artigo 197º]. Portanto, o tempo de intervalo tem de ser respeitado como pausa a que os professores têm direito, não devendo ser marcada ou sumariada qualquer atividade nesse período de tempo. Até porque, “nos termos do artigo 82º do ECD, julgamos não haver referência à vigilância de alunos durante os intervalos como parte da componente não letiva de estabelecimento” [esclarecimento da DGEstE-DSRLVT, 30.05.2022].

Em termos gerais, este tem sido, também, o entendimento da IGEC e dos próprios governantes, em declarações públicas. Assim, de posse desta informação, cumpre aos professores estarem atentos às eventuais malfeitorias das direções e confrontá-las. Com a segurança de poderem contar com o apoio do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof).

**António Baldaia**  
Departamento do 1ºCEB / SPN

Departamento de Ensino Superior e Investigação

## REFORÇAR PRESENÇA NAS IES É PRIORIDADE

No plano político sindical, o Departamento de Ensino Superior e Investigação (DESI) do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) definiu as seguintes linhas de intervenção para o ano letivo 2022/23:

- defender a avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), nomeadamente no que concerne a vivência democrática nas instituições de Ensino Superior (IES) e o cumprimento da sua missão pública e lançar um debate nacional sobre modelos de gestão das IES com a participação de todos os atores, nomeadamente os sindicatos;
- repensar o modelo de financiamento por forma a ultrapassar os problemas que decorrem do subfinanciamento crónico das IES;
- defender a criação de mecanismos efetivos e consequentes de combate à precariedade;
- pugnar pelo desbloqueio das progressões salariais nas carreiras docentes e de investigação;
- defender a abertura de concursos internos para promoção e de concursos externos de ingresso nas carreiras para assegurar a renovação do corpo docente e de investigação;
- repensar o modelo de funcionamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), em particular no que concerne aos concursos e estímulos ao emprego científico;
- lutar por melhores condições de trabalho, em particular para os contratados, nomeadamente quanto à distribuição de serviço, duração dos contratos e pagamento de subsídio de refeição;
- pugnar pela revisão do modelo de investigação usado nas IES.

O SPN/DESI tem ainda como prioridade reforçar a sua presença nas diversas IES, nomeadamente através da realização de reuniões e eleição de delegados sindicais.

[direito aos direitos]

# REDUZIR DISTÂNCIAS DEVIDA SER DESÍGNIO NACIONAL

**Epígrafe** Eu já estou farto das fotografias | que me querem vender todos os dias | os legionários mais os seus troféus | no chão a sangrar || Não posso mais olhar para aquela imagem | parece que é sempre a mesma paisagem | a hipocrisia deste novo império | faz-me vomitar || Por isso eu tornei-me um optimista céptico | não sou bem igual ao céptico opti-místico | só quero encontrar paz | sem arrastar atrás nem mestre nem Deus || Já temos a informação cruzada | empacotada e globalizada | agora só nos falta a convicção | para acreditar || Há assassinos que não se arrependem | há tantos pensadores que nunca aprendem | e há quem insista sempre em aprender | mas não quer pensar || Por isso eu tornei-me um optimista céptico... || Gostava de ser ecologista exótico | sem perder de vista o meu perfil erótico || Ainda vou ser ilusionista crónico | um mestre da fuga, um mago supersónico

Jorge Palma, Optimista Céptico

Iniciou-se mais um ano letivo, sendo este início novamente marcado pelas habituais notícias de falta de professores, assimetrias geográficas na distribuição dos docentes, faltas de alojamento, entre outras que se vão repetindo ano após ano. Perante esta repetição sistemática só existe uma conclusão, igualmente reiterada, a tirar – a cadência anual destas notícias faz-nos perceber a existência de um problema estrutural que continua por solucionar.

Com todo o respeito por quaisquer opiniões diversas, afigura-se-me evidente a existência de um problema que só tenderá a agravar-se, tal a ausência de soluções que marcam o tema. Com efeito, problemas desta dimensão e natureza não se compadecem com os pequenos curativos a que vamos assistindo ano após ano. Problemas de fundo carecem de soluções igualmente sistemáticas, integradas e que enfrentem os problemas. Pelo contrário, continua a faltar uma reflexão séria, estudada e aprofundada sobre os verdadeiros problemas que originam esta ausência de professores.

Como ponto de partida, posso adiantar que não tenho a pretensão de dissertar sobre as causas deste problema que afeta milhares de jovens e crianças cujas aulas ficam prejudicadas e muitas vezes omitidas. Faltam-me seguramente os conhecimentos e o tempo necessário para encetar essa reflexão. Algumas razões vão sendo igualmente repetidas em cada mês de setembro, desde a desvalorização da profissão docente e respetiva carreira até ao custo de vida em algumas zonas do país (com a região da grande Lisboa à cabeça), que não se compadece com a política de baixos salários e a impossibilidade objetiva de muitos docentes poderem concorrer para esses locais.

Aquilo que percebo ao trabalhar diariamente com professores, litigando muitos dos seus problemas, é que a solução não passa por admitir professores sem qualificação profissional, fazendo retroceder a exigência e dignidade da profissão em várias décadas. A solução não pode seguramente passar por colocar nas escolas docentes que estão temporária ou permanentemente incapazes, procurando mascarar formalmente o problema, enquanto se ignora estoicamente a substância e o fim público a prosseguir. O problema é sério e no

dia em que os responsáveis quiserem enfrentá-lo terão de adotar medidas de idêntica gravidade.

**Emergência prioritária.** A este mesmo propósito, e há vários anos a esta parte, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tem alertado de forma insistente para esta questão, procurando transformar esta cada vez mais dramática falta de docentes numa prioridade junto do Ministério da Educação. Este ano, a Fenprof realizou um levantamento junto das escolas que é esclarecedor quanto à dimensão do problema.

“Em 3/4 dos AE/EnA faltavam professores; 60% dos AE/EnA das regiões da Grande Lisboa, Alentejo e Algarve já tinham recorrido a não profissionalizados, apenas portadores de habilitação própria; cerca de metade das escolas/ agrupamentos confirmaram a perda de horas do seu crédito global; em metade das escolas/agrupamentos faltam trabalhadores não docentes, principalmente assistentes operacionais.

Esta é a realidade que não pode ser disfarçada com expedientes, por via dos quais os governantes tentam iludir a opinião pública. Em defesa da Escola Pública, a Fenprof denuncia estes problemas e exige soluções que, necessariamente, passam pelo reforço do financiamento da Educação Pública; a ocultação e o silêncio só servem os interesses de quem pretende ver definir a Escola Pública de qualidade, para todos, inclusiva e democrática”.

Não obstante este e outros alertas sindicais, a verdade é que a cultura reativa prevalece sobre o que seria desejável e que passa por repensar a profissão, a carreira docente, o sistema/diploma de colocação de professores e, em última análise, a formação inicial de professores. Além de tudo isto, impõe-se aprofundar as razões sociais, geográficas e outras que geram assimetrias difíceis de aceitar num país que tem uma área geográfica de 92212 km<sup>2</sup>.

O alerta está dado e deve preocupar-nos a todos enquanto sociedade que se preocupa com a educação das crianças e jovens e que vê na sua formação escolar/académica a via exclusiva para reduzir distâncias numa sociedade cada vez mais global. Este devia ser o

grande desígnio nacional, merecendo prioridade perante todas as restantes emergências do país e sem qualquer desprimor para essas.

#### **Duas notas finais.**

1. Informar os associados do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) que continuamos a defesa do direito à manutenção da inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA) de todos os docentes contratados a termo resolutivo que iniciaram a atividade profissional, enquanto professores da escola pública, em data anterior a 2006 e que, por força de uma errada interpretação legal acabaram por transitar, após esse ano, para o regime geral da Segurança Social. O número de decisões favoráveis proferidas pelos tribunais administrativos continua a bom ritmo e, embora sejam muitos os processos pendentes, a verdade é que a tendência da jurisprudência tem sido clara e manifestamente favorável à pretensão dos docentes. O Departamento de Contencioso do SPN foi pioneiro nesta demanda

e prosseguirá o seu caminho, colhendo e celebrando as decisões favoráveis e lutando contra aquelas que não reponham a situação legalmente devida.

2. Lamentar o último episódio da colocação dos docentes em regime de mobilidade por doença. São anos de avanços e recuos, de colocações que eram concursais, deixaram de o ser e novamente o são. Este caminho incerto demonstra à saciedade a falta de uma posição equilibrada, justa e equitativa, respeitadora e conciliadora dos interesses público e privados em presença. Urge resolver esta questão, não da forma casuística e previsivelmente ilegal que o Ministério da Educação anunciou, mas de modo regulamentado, legal e vinculado, que resulte do pensamento sobre o problema e aponte soluções compatíveis com o Estado de Direito e com o Estado Social, que são (devem ser) a marca distintiva da construção europeia onde estamos integrados.

**José Miguel Pinho**  
*Advogado do SPN*

## **MAIS ESCOLA?!**

Recentemente, num artigo de opinião, a ex-ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues (MLR) veio defender que o calendário letivo deveria ser alterado e que o tempo de interrupção das atividades escolares no verão deveria ser reduzido. Nada de espantar, vindo de quem vem, demonstrando apenas, mais uma vez, que, vivendo num gabinete, anteriormente no ministério, agora no ISCTE, tem muito pouco conhecimento das escolas e da realidade. Acontece com quem vive em torres de Babel!

MLR considera que as férias grandes põem mães e avós à beira de um ataque de nervos. A Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) considera que as aulas devem ter início a 1 de setembro. Não ignoramos que atendendo ao número de horas que se trabalha em Portugal, à necessidade de muitos pais acumularem mais do que um emprego para fazer face às despesas indispensáveis e ao número de dias de férias dos trabalhadores, ficar com as crianças pode ser um problema.

Contudo, devemos ter em conta que, se as crianças estão em férias, os professores e restantes trabalhadores da educação estão a trabalhar. As escolas estão cheias de vida em julho e nas primeiras semanas de setembro. Há exames para corrigir, horários para fazer, articulações entre ciclos a realizar, turmas a compor, reuniões a decorrer, limpezas e obras de manutenção a operar. Mas a questão essencial é... e as crianças? Será que não é necessário ver isto da sua perspetiva? O Professor Carlos Neto considera que “as crianças não podem passar tanto tempo na escola. Têm de ter outras experiências, mais tempo com os pais, mais tempo informal”. Isto torna-se particularmente necessário num período pós-confinamento. Um estudo do próprio Ministério da Educação concluía que um terço dos alunos e metade dos professores apresentavam sinais de sofrimento psicológico. Acrescentaremos que, provavelmente, também de sofrimento emocional e físico.

**Demasiada escola.** No relatório “Olhares sobre a Educação 2021”, a OCDE faz um levantamento exaustivo e verifica-se que em Portugal

as crianças do 1º Ciclo passam cerca de 5429 horas na escola e as do 2º Ciclo 2505 horas. Já na Finlândia, passam respetivamente 3961 e 2422 horas; na Alemanha, 2899 e 4502 horas; e na Áustria 2820 e 3600 – Portugal é dos países em que as crianças passam mais horas na escola; se compararmos com a Finlândia, muitas vezes tomada como exemplo educativo, as crianças portuguesas têm mais 1551 horas de escola do que as finlandesas.

Em 26 dos 40 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a duração total das pausas escolares é de 14 semanas, em média, e oscila entre 10 semanas (México) e 18 semanas (Irlanda), variando a sua calendarização de país para país. Quanto ao termo do ano letivo, Portugal é dos países em que acaba este mais tarde, só ultrapassado pela Irlanda, Rússia, Letónia e Estónia.

Voltando ao Professor Carlos Neto, “temos de ter um equilíbrio nas políticas públicas, no sentido de harmonizar o tempo de trabalho e o tempo passado em família. As crianças não podem, de nenhuma forma, ser vítimas do trabalho dos pais”.

Há necessidade de uma redução do horário de trabalho. Não se justifica que, num mundo tão mecanizado e robotizado, ainda sejam necessárias tantas horas de trabalho. Utopia? Não. Uma necessidade justa e urgente!

Para resolução imediata do problema, em vez de mais escola, e quando tanto se fala em descentralização de competências, talvez seja hora de as autarquias chamarem a si esta tarefa, desde que com qualidade e atendendo aos interesses das crianças. Que criem atividades fora do espaço escolar, ao ar livre, lúdicas, imaginativas e apelativas.

Mais escola não é a solução, muito pelo contrário! Já há demasiada escola e a escola não pode ser a resposta a todos os problemas.

**Cristina Nogueira**  
*Direção do SPN*

# VANTAGENS PARA OS SÓCIOS DO SPN

Está em curso a atualização dos protocolos celebrados pelo SPN e pela Fenprof com diversas empresas-parceiras. Nas respetivas páginas da internet, está disponível informação sobre os bens e serviços prestados e respetivas condições. Publicam-se aqui alguns exemplos na área geográfica do SPN,

## BRAGANÇA

- **Clínica de Medicina Dentária Dr. Cláudio Correia Alves.** 15% em todos os tratamentos dentários; 10% sobre tabela de tratamentos de próteses e implantes. Rua D. Aleixo de Miranda, nº 3; 5300-081 Bragança. 273 332 818 / 926 797 909.
- **Farmácia Nova Central.** 10% em medicamentos não sujeitos a receita médica; 10% em produtos de cosmética, puericultura, veterinária, ortopedia, higiene oral, suplementos e outros; 5% em terapêuticas (psicologia, nutrição, podologia, osteopatia e terapêutica da fala) e técnicas de enfermagem; preço especial em monitorização da pressão arterial de 48 horas (39€); avaliação gratuita dos parâmetros de pressão arterial, glicémia, peso e altura e vacinação da gripe. Avenida das Forças Armadas, nº 37-A; 5300-430 Bragança. 273 010 360.

## CHAVES

- **2ª Visão - Fábrica dos Óculos.** 35% em todos os produtos óticos; consultas de optometria gratuitas. Rua dos Dragões, nº 2; 5400-221 Chaves. 276 402 396.
- **Clínica Saúde Alexandrina Gomes.** 10% em tratamentos de fisioterapia. Rua do Rajado, nº 21; 5400-480 Chaves. 939 282 910
- **Óptica Nova de Chaves.** Descontos diversos em óculos graduados, lentes de contacto, óculos de sol e outro material ótico; prioridade de marcação em optometria e contactologia; oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e limpeza de lentes de contacto. Rua 1º de Dezembro, nº 25; 5400-013 Chaves. 276 328 588.
- **Termas de Chaves - SPA.** 10% em tratamentos de termalismo terapêutico e fisioterapia; 5% em programas e tratamentos complementares de bem-estar termal. Largo das Caldas; 5400-534 Chaves. 276 332 445/446; 276 333 798.

## GUIMARÃES

- **Club AF Santos Turismo.** Descontos a associados, funcionários e familiares diretos. Rua de Penassol, nº 119 - Fermentões; 4800-179 Guimarães. 253 556 787.

## MAIA

- **Habicuidados.** 10% em apoio domiciliário; 15% em apoio domiciliário (a partir de 12 horas diárias, 7 dias por semana); 5% em artigos de loja, exceto promoções; 5% em pacotes de 8 consultas de psicologia, nutrição ou terapia da fala (10% em pacotes de 20). Avenida Dr. Germano Vieira, nº 1112; 4470-185 Maia. 229 610 003.

## MIRANDELA

- **Livraria Papeleria Lusitana.** 10% em material escolar, escritório, livros em prateleira (exceto livros escolares e de apoio ao estudo e máquinas científicas). Rua da República, nº 72; 5370-347 Mirandela. 278 262 595.
- **Maxi Tua Health & Care.** 10% em osteopatia, fisioterapia, podologia, nutrição, pilates, medicina tradicional chinesa. Avenida 25 de Abril, nº 64; 5370-347 Mirandela. 962 037 746.
- **Novavisão.** 30% em armações e lentes; 20% em óculos de sol. Avenida das Amoreiras, nº 130; 5370-204 Mirandela. 278 265 213.
- **Olimpus Gym.** 5€ na mensalidade. Rua da República nº 295, loja 5; 5370-347 Mirandela. 915 220 322.
- **Optimir - Optometria e Contactologia.** 20% em óculos progressivos, monofocais; 15% em óculos de sol; 10% em contactologia. Praceta Coronel Eduardo Faria, Edifício Variante, bloco 9, loja 2; 5370-285 Mirandela. 278 249 104.
- **Ortoenfermagem Imperio.** 10% em material ortopédico. Rua das Amoreiras, nº 1; 5370-351 Mirandela. 278 261 255 / 918 662 000.
- **Pneus Irmãos Rocha.** 15% em alinhamento e pneus. Zona industrial - Rua A, Lote 3 (Pavilhão Januário); 5370-565 Mirandela. 278 261 322.
- **Quadracal Viagens.** 5% sobre o preço-base de reservas superiores a 500€, excluindo taxas e reservas de apenas voo, transportes terrestres, rent a car e ferry. Rua da Misericórdia, Edifício Lagar, loja 5; 5370-343 Mirandela. 278 249 256 / 938 181 849.
- **Ribeira House.** 10%, exceto em campanhas promocionais. Rua da República, nº 199; 5370-347 Mirandela. 278 263 860.
- **Valbom Sport Caça e Nature.** 10% em todos os artigos, exceto marcas Asticot e Chiruca, cartuchos, armas e artigos em promoção. Avenida das Amoreiras, Lote 8, R/Ch; 5370-204 Mirandela. 968 042 669.

## MONÇÃO

- **Foto Aliança.** 10% a 15% sobre preço de serviços em fotografia e vídeo. Avenida das Caldas, 4950-473 Monção. 251 653 784
- **Termas de Monção - Centro Tesal.** 15% sobre valores da tabela em vigor. Avenida das Caldas, 4950-442 Monção. 251 648 367.

## MONTALEGRE

- **Javsport - Organização de Eventos Desportivos.** 10% em todas as atividades abertas. Fafião, Cabril; 5470-017 Montalegre. 252 850 621; 966 168 717.

## OVAR

- **Arte Estética & Bem Estar.** 15% nos serviços prestados; 10% em produtos; 15% em vouchers. Rua da Casela, nº 372; 3885-451 Esmoriz. 256 754 786; 912 983 075.

## PORTO

- **She.** 15% sobre tabela em vigor para cabeleireiro unissexo, manicura, pedicura, estética e massagem. Rua D. Manuel II, 81 - loja10; 4050-345 Porto. 910 300 355.

## SANTO TIRSO

- **Clínica Márcia Faria.** 10% sobre tabela em vigor para medicina tradicional chinesa, psicologia clínica e outros serviços. Avenida Sousa Cruz, nº 603; 4780-365 Santo Tirso. 919 686 662.

## TROFA

• **Fisitrofa.** 10% sobre tabela em vigor para fisioterapia e outros serviços. Rua Armindo Costa Azevedo Júnior, nº 96; 4785-099 Trofa; 252 418 515 / 916 994 432.

## VIANA DO CASTELO

• **A4M Papelaria e Livraria.** 10% sobre todos os produtos, exceto promoções e livros escolares. Rua Camilo Castelo Branco, nº 67; 4900-437 Viana do Castelo. 258 093 367; 930 582 877.

• **Atelier Sofia Rocha.** 15% em bijuteria e cerâmica artística. R. Mateus Barbosa, nº 47/51; 4900-508 Viana do Castelo. 916 284 618.

• **Despertar, Formação e Psicologia.** 15% em todos os serviços. Estrada da Papanata, nº 523; 4900-470 Viana do Castelo. 930 582 877.

• **Entrepertas Imobiliária.** Condições especiais para associados, funcionários e familiares diretos. Rua Gago Coutinho, nº 154 R/C; 4900-510 Viana do Castelo. 258 800 850.

• **Ginásio da Educação Da Vinci.** Isenção da taxa de inscrição; 5% no estudo acompanhado. Rua de Aveiro, nº 199, R/Ch; 4900-495 Viana do Castelo. 258 822 392 / 962 145 724.

• **HG Residences.** 10% em estadias de curta duração (de 1 a 15

dias); 5%; em estadias temporárias e de longa duração (mais de 15 dias). Passeio das Mordomas da Romaria, nº 17-21; 4900-532 Viana do Castelo. 258 824 905 / 966 041 733.

• **Papelaria-Livraria Morais & Pires.** 10% não acumulável com promoções; 10% em talão com validade de três meses em manuais escolares. Rua de Santo António, nº 132; 4900-492 Viana do Castelo. 258 826 512.

• **Piscoviana Consultores.** 20% na avaliação psicológica de condutores; 20% em serviços; 10% na inscrição em cursos de formação profissional. Rua de Aveiro, Edifício Palácio, 3º andar – Sala 307; 4900-495 Viana do Castelo. 258 809 640; 964 245 099.

• **Sara Boutique.** 10% em todos os artigos de pronto a vestir. Praça da República nº 6 R/Ch Dtº; 4900-520 Viana do Castelo. 258 828 021.

• **Vieira Oculista.** 20% em lentes oftálmicas; 20% em armações; 25% em óculos de sol. Rua Martim Velho, nº 35 R/C; 4900-486 Viana do Castelo. 258 824 416; 969 988 005.

## VILA NOVA DE FAMALICÃO

• **Sorrivida.** 15% em consultas e tratamento de medicina dentária; 10% em prótese e ortodontia. Avenida Carlos Bacelar, 1041; 4760-103 Vila Nova de Famalicão. 252 318 777 / 960 069 490.

### SPN: SEGUROS E PLANOS DE SAÚDE

**SABSEG.** O SPN subscreveu um seguro de saúde (grupo) que está disponível para os sócios e familiares. Este seguro tem a vantagem de ser participado 100% complementar à ADSE – os sócios não inscritos na ADSE também podem usufruir deste seguro. Sob consulta, o mediador disponibiliza outros seguros.

**LOSANGO.** Disponibiliza vantagens para um conjunto de seguros, especialmente do crédito à habitação, ramo automóvel e acidentes pessoais, contribuindo também na análise de melhores opções de *spread* no crédito habitação mediante consulta e análise das propostas mais favoráveis.

# PLANO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

A valorização profissional dos docentes através da formação contínua é uma das valências do sindicato, enquanto entidade formadora. Assim, está já disponível o Plano de Formação para o último trimestre de 2022. As ações são exclusivas para sócios do SPN e a inscrição é feita online.

TÍTULO DA AÇÃO	DESTINATÁRIOS (nível)	RELEVÂNCIA (CENTRO DE FORMAÇÃO de acordo com o 172º/2018 e o 9.º/2011/2021)	FORMADORES	DURAÇÃO	CALENDARIZAÇÃO (horas)	LOCAL
O Porto do século XIX: Geografia Social e Morfologia Urbana: O Porto da Revolução Industrial – as ilhas (2022/23)	Todos os níveis de ensino	Não Releva	Jorge Ricardo Pinto	3 horas	15/10 das 9h às 12h	Presencial Porto ACD
O Natal no Porto no século XIX: Tradição e Inovação (2022/23)	Todos os níveis de ensino	Não Releva	Jorge Ricardo Pinto	3 horas	17/12 das 9h às 12h	Presencial Porto ACD
Conhecer os Materiais – Valorizar a Expressão Plástica (2022/23)	Docentes dos grupos 100 e 110	Releva	Isabel Marques Domingues	25 horas	Dias/tema: 24/10 e 28/11 das 17h às 19h; 25/10; 7/11; 8/11; 14/11; 15/11; 21/11; 22/11 das 17h às 20h	Presencial Sede SPN Porto
Oficina de Teatro – Expressão Física e Emocional (2022/23)	Docentes dos grupos 110 e 067	Releva grupos 110 e Expressões/Arte de representar	William Gavão	50 horas (25 presenças + 25 trabalho autónomo)	12/10; 19/10; 26/10; 2/11; 9/11 e 16/11 das 19h às 21h30	Presencial Sede SPN Porto
Voz e Corpo: Ferramentas Performativas do Docente (2022/23)	Todos os níveis de ensino	Não releva	António Morais	15 horas	Dias/tema: 18/11; 25/11 das 10h às 21h30 e 19/11; 26/11 das 9h às 13h	Presencial Sede SPN Porto
Perturbações de Aprendizagem Específicas e o DL54 de 2018 (2022/23)	Todos os níveis de ensino	Releva	Clara Gomes	25 horas	5/11; 12/11, 26/11 e 3/12 das 9h às 13h e das 14h às 16h	Presencial Porto, R. de Castilho, 61, 4050-308 Vila Verde
Visita à Aldeia do Drape e às ruínas do complexo mineiro de Regoufe (2022/23)	Todos os níveis de ensino	Não releva	Pedro Oliveira	6 horas	12/11 – das 7h às 18h	Presencial Aveiro



## "A ESCOLA DO SÉCULO XXI É A DO SER E NÃO A DO SABER"

**Especialista em inteligência emocional e presidente da Associação Pedagógica Francesco Tonucci, Mar Romera é autora de «A Escola que Quero» (Edições Destino), onde levanta questões a que as famílias devem responder na hora de escolherem a escola para os filhos e que os professores devem colocar ao questionar o seu trabalho. Além disso, explica a educação do futuro a partir de três perspectivas: família, professor e aluno.**

La educación emocional es, según Mar Romera, uno de los motores de la escuela del siglo XXI. Sobre esta y otras cuestiones hablamos en esta entrevista.

### **Qué necesita saber un niño o niña que vive en el siglo XXI?**

Los niños y niñas del siglo XXI necesitan más ser que saber, partiendo de la base de que para ser es necesario saber. Saber elegir de forma autónoma y responsable, saber pensar de forma crítica a la vez que creativa y disciplinada. Saber trabajar en equipo. Saber seleccionar la información y hacer que el conocimiento se convierta en sabiduría. [Jacques] Delors nos indica: saber ser, saber estar, saber hacer y saber convivir. En definitiva, consiste en aprender a y no acerca de.

### **Y cuáles de esas habilidades no se contemplan en la educación actual?**

Los niños de esta época necesitan tener las herramientas necesarias para adaptarse a los cambios, a la volatilidad de las estructuras personales, laborales y sociales. Deben entrenar habilidades y hábitos como la persistencia, el control de la impulsividad, el compromiso, la escucha y la resiliencia (para aprender de los fracasos).

El estudiante del siglo XXI debe entrenar en los secretos de las relaciones humanas, para lo que entrenará o deberá entrenar su propio autoconocimiento, autocontrol y autogestión. Debe dominar las técnicas de la comunicación, el manejo de la tecnología de forma crítica y el asentamiento de los valores básicos que le ayudarán

durante toda su vida a asumir los fracasos, celebrar y cuidar los éxitos, disfrutar de los demás y ser lo suficientemente flexible para que desde la adaptación pueda hacer de los cambios una fortaleza.

#### Qué debe saber un docente del siglo XXI?

El profesorado debe formarse, siendo consciente en todo momento que no se trata de saber lo que tiene que enseñar, sino enseñar lo que es. La escuela del siglo XXI es la escuela del ser y no la del saber y esto requiere de un profesorado que no pare de crecer y de estar en un modelo de ser consciente.

#### Cómo pueden ayudar los docentes a construir esa escuela perfecta para todos (o casi todos)?

Desarrollando las habilidades intrapersonales, las habilidades interpersonales, los conocimientos psicopedagógicos del pasado y del presente y, por supuesto, fomentando la cultura (leer, escuchar música, conocer el arte...). Además, deberá tomar conciencia de la importancia que tiene como referente para su alumnado. Cuando entendamos que las emociones son el motor de la vida, son las respuestas adaptativas que nos permiten la supervivencia y las relaciones y que la calidad de nuestra vida depende de nuestros pensamientos, el profesorado se pondrá manos a la obra sin lugar a dudas.

#### Cuál sería el papel de las familias dentro de esta educación?

La familia es la primera escuela de las emociones, con o sin intenciones explícitas. Nuestra madre, nuestro padre... Son nuestros

primeros referentes, los que marcan la vida. Los comportamientos emocionales recurrentes vividos en la infancia se convierten en comportamientos emocionales recurrentes para toda la vida.

#### Cómo se puede fomentar la educación emocional desde casa?

Diciendo te quiero (siempre es necesario decirlo, aunque pensemos que el otro ya lo sabe), abrazando, riendo y llorando juntos. **Respetando lo que el otro siente sin hacer juicios de valor sobre lo que debería sentir.**

También es importante hablar de emociones: explicar y comentar lo que otras personas pueden sentir ante determinadas situaciones, siempre sin juicios de valor. Reconocer nuestras emociones y las circunstancias en las que se producen, los estímulos que las provocan. Aceptarlas. Identificarlas e incluso 'negociar' con ellas hasta 'utilizarlas', sabiendo que no siempre pueden ser interpretadas o modificadas desde la razón son grandes estrategias que harán fuertes a niños y niñas en el momento que les ha tocado vivir: un mundo cambiante y lleno de riesgos que nos obligan a decidir constantemente. Además, es necesario querer sin marcar con expectativas. Sobreproteger es un error, sobrestimular no hace a nuestros hijos 'más inteligentes', sobregalar no mejora sus vidas. Lo mejor? Los límites llenos de amor, envueltos en escucha y decisión, donde padres y madres son padres y madres y amigos.

**Marta Moreno**

entrevista publicada em

[www.educaciontrespuntos.com](http://www.educaciontrespuntos.com) (10.04.2019)

## La escuela que quiero Mar Romera

En busca del sentido común: pedagogía de altura contada desde el suelo

Prólogos de J. A. Fernández Bravo  
y Jorge Ruiz



**PARA PAIS E PROFESSORES.** Escolher a escola que queremos para os nossos filhos é, certamente, uma das tarefas mais complicadas que enfrentamos como sociedade; como é para os professores poderem escolher a escola onde gostariam de poder trabalhar. Há muitos aspetos a ter em conta; e também são muitas as diferenças entre a memória escolar que cada um tem e as tendências e necessidades pedagógicas de hoje.

Neste contexto, Mar Romera propõe uma viagem que nos transporta desde a memória da nossa educação até ao presente educativo – e mesmo ao futuro – das crianças de hoje. E fá-lo com os olhos postos em cada um dos participantes na educação. Mar Romera fala da sociedade que queremos construir, da importância do conhecimento dos professores e da própria perspectiva das crianças – porque, em última análise, são elas as protagonistas da nova etapa educativa.



## Cimeira das Nações Unidas para a Transformação da Educação

# APELO URGENTE AOS GOVERNOS DE TODO O MUNDO

**A educação precisa urgentemente de ser transformada, o que requer um financiamento adequado e um maior investimento na profissão docente. Hoje, mais do que nunca, precisamos de educadores habilitados, devidamente respeitados e apoiados, liderando a mudança a partir da escola pública.**

A 19 de setembro, os líderes mundiais reuniram-se em Nova Iorque para discutir a educação. A Cimeira das Nações Unidas para a Transformação da Educação visou mobilizar a ação política necessária para alcançar uma educação pública de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.

O enfoque da cimeira não poderia ser mais urgente. (...) À medida que a crise económica, a emergência climática e as guerras agravam os efeitos da pandemia, os educadores tornaram-se um elemento-chave para a coesão social, a resiliência e o futuro sustentável das comunidades educativas em todo o mundo.

No entanto, esta profissão crucial está ameaçada. Apesar do apreço público pela profissão docente a nível mundial, particularmente durante a pandemia, a maioria dos governos não aumentou o investimento na educação pública, privando o pessoal docente e os seus estudantes do apoio de que desesperadamente necessitam. Em demasiados lugares, os aplausos foram substituídos por cortes na educação e exigências de trabalho cada vez maiores, que não são correspondidas pelos recursos existentes e que estão a levar os professores à exaustão e ao burnout. (...)

**Responsabilidade fundamental dos governos.** Professores com larga experiência estão a ser forçados a abandonar uma profissão que amam. Isto, juntamente com a falta de renovação geracional numa profissão cada vez menos atrativa, está a levar a uma escassez de professores de proporções gigantescas em todo o mundo. A dedicação dos educadores não pode compensar instituições educativas subfinanciadas, políticas ineficazes impostas de cima para baixo, ou sistemas educativos que não confiam nem respeitam uma profissão inteiramente dedicada aos seus alunos. Por isso, a Internacional da Educação pediu aos dirigentes mundiais reunidos na cimeira que se comprometam a:

1. aumentar o investimento em sistemas de educação públicos de qualidade;

2. garantir os direitos laborais e boas condições de trabalho para os professores e o pessoal não docente;
3. investir numa formação de professores de qualidade e no seu desenvolvimento profissional contínuo;
4. confiar e respeitar os professores e os seus saberes pedagógicos;
5. envolver os sindicatos dos professores nas políticas educativas, através do diálogo social.

A responsabilidade fundamental dos governos em assegurar uma educação pública gratuita e de qualidade nunca foi tão clara. O mesmo pode ser dito do papel essencial dos professores e do pessoal de apoio à educação. (...)

Prioridade à educação pública. Os governos devem investir mais na educação pública, um direito humano fundamental e a chave para a recuperação pós-pandémica. E devem investir mais na profissão docente, fator individual mais importante para alcançar uma educação de qualidade. (...)

Todos os países devem cumprir os compromissos assumidos na Declaração de Incheon (Coreia do Sul, 2015) para a realização do Objetivo 4 de Desenvolvimento Sustentável (Educação 2030). Ou seja, afetar ao ensino público pelo menos 6% do Produto Interno Bruto ou 20% da despesa nacional total. O alívio da dívida e a justiça fiscal são também cruciais para assegurar que as despesas com a educação não são afetadas por cortes daí decorrentes. Aumentar os orçamentos públicos através de uma maior progressividade e justiça fiscal é fundamental.

A austeridade deve ser rejeitada e devem ser eliminadas condições de empréstimo nocivas, assim como recomendações das instituições financeiras internacionais que limitam o financiamento do sector público; a privatização da educação, que ameaça a qualidade e a equidade, a proliferação de escolas privadas com fins lucrativos e a comercialização do ensino público devem ser revertidas. Os sistemas de educação pública devem ser financiados de forma sustentável e com enfoque na equidade.

É tempo de reconhecer o poder transformador da educação pública, e o que ela significa para cada estudante, em países grandes e pequenos. É tempo de passar das palavras aos atos. (...)

Professores, estudantes e comunidades educativas de todo o mundo estão prontos para construir um futuro melhor. Para tal, os governos devem fazer da educação pública uma prioridade.

**David Edwards**  
*secretário-geral da Internacional da Educação*

N.R. Texto editado e com supressões.  
Títulos da responsabilidade da Redação.





TAXA PAGA  
PORTUGAL  
CONTRATO 119214



PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR  
EM INVÓLUCRO FECHADO  
DE PLÁSTICO  
DE 0023 2022 ES  
PODE ABRIR-SE PARA  
VERIFICAÇÃO POSTAL

*nesta edição*

- a abrir*
02. **Sobre o protocolo negocial a celebrar com o ME**
- editorial*
03. **É tempo de ser tempo dos professores**
- ação sindical*
05. **Iniciativas**  
06. **Medidas avulsas não disfarçam problemas**  
07. **Concurso nacional e graduação profissional**  
08. **MpD: da alteração do regime à promessa não cumprida**  
10. **O professor é o material escolar mais barato**  
11. **Burocracia sobrecarrega horários docentes**  
12. **O Dia Mundial dos Professores em imagens**  
14. **Sindicato é espaço de interação e convívio | Eleições na ADSE**  
15. **Professores do 1º Ciclo não são vigilantes | Reforçar presença nas IES é prioridade**
- contencioso*
16. **Reduzir distâncias devia ser desígnio nacional**
- opinião*
17. **Mais escola?!**
- notícias spn*
18. **Vantagens para os sócios**  
19. **Plano de Formação Contínua**
- vemos, ouvimos e lemos*
20. **“A escola do século XXI é a do ser e não a do saber”**
- a fechar*
22. **Apelo urgente aos governos de todo o mundo**  
23. **A profissão docente transforma a educação**



**SPN, 1982-2022 - uma força que conta, há 40 anos**

**spn**  
informação

publicação trimestral  
distribuição gratuita aos sócios  
do sindicato dos professores  
do norte

DIRETOR  
JOÃO PAULO SILVA

ano XXXIII - III série - nº 85  
ago - set - out 2022  
spninfo@spn.pt